

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

## **Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza - de Abragão ao Brasil oitocentista**

### **Emigration and family network. The Mello e Souza - from Abragão to nineteenth-century Brazil**

### **Émigration et réseau familial. Les Mello e Souza - d'Abragão au Brésil du XIXe siècle**

### **Emigración y rede familiar. Los Mello e Souza: desde Abragão hasta el Brasil del siglo XIX**

Jorge Fernandes Alves  
FLUP/ CITCEM  
jorge.f.alves@gmail.com

Maria José Moutinho Santos  
CITCEM  
mjsantos@letras.up.pt

**Resumo:** O texto parte do conceito de rede familiar para enquadrar o movimento migratório e a instalação de uma parte masculina de uma família numerosa de Abragão, Penafiel, no Brasil, na sequência da migração anterior de um ramo cognato. Nos meados do século XIX encontramos vários elementos da família Mello e Sousa estabelecidos no comércio do Rio de Janeiro, com ligações estreitas numa fase inicial e percursos posteriores autónomos. Procuramos seguir o lastro destes emigrantes, sinalizando apoios familiares e transações comerciais nos percursos mais relevantes.

**Palavras-chave:** emigração; redes; micro-história; Penafiel; Brasil.

**Abstract:** The text starts from the concept of family network to frame the migratory movement and the installation of a male part of a large family from Abragão, Penafiel, in Brazil, following the previous migration of a cognate branch. In the middle of the 19th century, we found several elements of the Mello e Sousa family established in the trade of Rio de Janeiro, with close connections at an early stage and later autonomous routes. We seek to follow the backing of these emigrants, signaling family support and commercial transactions on the most relevant individual life histories.

**Keywords:** emigration; networks; micro-history; Penafiel; Brazil.

**Resumé:** Le texte part du concept de réseau familial pour encadrer le mouvement migratoire et l'installation d'une partie masculine d'une grande famille d'Abragão, Penafiel, au Brésil, suite à la migration précédente d'une branche apparentée. Au milieu du 19e siècle, nous avons trouvé plusieurs éléments de la famille Mello e Sousa établie dans le commerce de Rio de Janeiro, avec des liens étroits à un stade précoce et plus tard des chemins autonomes. Nous cherchons à suivre le soutien de ces émigrants, signalant le soutien familial et les transactions commerciales sur les expériences les plus pertinentes.

**Mots clés:** émigration; les réseaux; micro-histoire; Penafiel; Brésil.

**Resumen:** El texto parte del concepto de red familiar para enmarcar el movimiento migratorio y la instalación de una parte masculina de una familia numerosa de Abragão, Penafiel, en Brasil, tras la migración previa de una rama afín. A mediados del siglo XIX, encontramos varios elementos de la familia

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

Mello e Sousa estabelecidos en el comercio de Río de Janeiro, con estrechas conexiones en una etapa temprana y destinos autónomos posteriores. Buscamos seguir el respaldo de estos emigrantes, señalando el apoyo familiar y las transacciones comerciales en las experiencias más relevantes.

**Palabras clave:** emigración; redes; microhistoria; Penafiel; Brasil.

## 1. Introdução

Na sua natureza caleidoscópica, a emigração pode observar-se sob múltiplos olhares entre o macro e o micro, entre o quantitativo e o qualitativo, girando as tonalidades entre os diversos domínios. Por definição, representada como movimento entre países, a emigração tem na expressão estatística um indicador relevante para a quantificação das vagas de deslocações e as suas implicações na balança das trocas. Todavia, para o emigrante, elemento de um sistema que não controla e do qual tem apenas uma consciência difusa, a emigração é mais do que um número, é um ato de sobrevivência e/ou um projeto de vida, razões que exigem a observação da individualidade. Mas, o emigrante nunca é um ser isolado, imerso que está nas relações sociais, seguindo quase sempre por “atalhos batidos” (Alves, 2013). Importa, por isso, detetar as redes e os nós que o encaminham, subjacentes às partidas asseguradas por conexões e vínculos que ancoram as trajetórias e que podem, ou não, salvar o migrante da exclusão ou da marginalidade, sinalizando o horizonte que procura, pois raramente o emigrante está só na decisão de um projeto pessoal mas que surge envolto num processo de transformação social (Tilly, 1990).

Para acedermos aos sentidos das práticas migratórias, suas lógicas e acasos, o recurso à micro-história é incontornável, Tateando deambulações que deixaram lastro documental, avaliando as ações efetivas dos sujeitos, tantas vezes determinadas apenas pelo impulso ou pelo hábito, mais do que pela racionalidade, no complexo jogo dos vários tipos de redes (Karsburg & Vendrame, 2019).

Quando olhamos para a emigração portuguesa oitocentista, dirigida para o Brasil pós-colonial, a prática de emigrar em rede surge como o pano de fundo consensual para a “emigração espontânea” de indivíduos muito jovens, cuja decisão última de partir pertence à família e suas envolvências. Paralelamente, as extensões dos ramos familiares, de compadrio ou de vizinhança no além-mar são utilizadas como suporte da boa-consciência dos ascendentes, pois contam com a concretização da “arrumação” protetora

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

por parte dos já instalados além-Atlântico. “Arrumação” que se assegura através de “recomendações” ou “chamadas”, num processo solidário que pode ocultar, muitas vezes, interesses económicos de dar e receber. O protetor garante, por esta via, submissões e fidelidades que só o jovem caixeiro, recém-chegado, no seu isolamento, assegura com a suposta contrapartida de inserção no estabelecimento comercial, que, a prazo, pode garantir a sua própria autonomia (Pacheco & Alves, 2013).

Esta emigração, dita de caixeiros ou comercial, apresentava mecanismos distintos de outras, desde a favorecida ou a contratada (estas por iniciativa do país de destino, através de estímulos como transporte grátis ou concessão de terras, ou através de contrato prévio de alocação de serviços, vulgo “engajamento”). Nestas são os adquirentes da força de trabalho que determinam os movimentos do subsidiado ou do contratado, que o colocam de uma forma contundente nos trabalhos rurais, de modo a prosseguir o processo colonizador de cobertura e exploração do território.

Na verdade, a emigração espontânea que se verificava do Noroeste português para o Brasil oitocentista distinguia-se como fruto de uma cultura de emigração enraizada nessa disseminação de familiares e conterrâneos (Alves, 2000). Neles se delegava a responsabilidade da aculturação adolescente dos jovens emigrantes que partiam habitualmente com destino ao comércio, ofícios ou serviços. Foi um movimento que predominou até aos finais da década de 1870 e persistiu mesmo perante o alargamento social da “colónia portuguesa”, quando o Brasil criou apoios à imigração em massa, com vista à substituição da mão-de-obra escrava. Nos núcleos do comércio controlado pelos portugueses, estas redes tinham um papel decisivo na manutenção desse domínio, permitindo que as empresas se transferissem entre compatriotas, formatados desde jovens nas lojas e armazéns de secos e molhados. Era nesse meio que o jovem emigrante se fazia homem, reinventando-se num espaço social distinto e distante, num processo de reprodução social e de autonomia individual.

É neste quadro ligeiramente esboçado que se enquadram as trajetórias de um conjunto de emigrantes familiares do escritor e jornalista penafidense Ernesto José de Melo (1872-1939), cuja pesquisa carrou informação bastante para confluir num outro objeto de investigação ainda em curso, o da rede familiar dos Mello e Souza. Para isso, desenvolveu-se um aturado exercício de micro-história em que se utilizaram assentos paroquiais, testamentos, registos de passaportes, elementos iconográficos na posse da

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

família, imprensa periódica (mais de oitenta periódicos, a maior parte do Brasil). A investigação já desenvolvida sobre os Mello e Souza mostra-nos uma família com ampla inserção local e forte ligação ao Brasil, circunstância típica da região que assegurava contínuos fluxos de emigrantes para esse destino<sup>1</sup>.

## 2. De Abragão para o Brasil

O nó conjugal que assegura esta fieira migratória encontra-se em Custódio José de Mello ao casar com Maria Josefa, filha de José Patrício de Souza, nos finais do século XVIII. Ambos de Abragão, Penafiel, a conjugação dos apelidos passa a sinalizar a descendência – Mello Souza ou Mello e Souza. Da descendência de Custódio, reteremos o filho Carlos (nascido em 2.3.1784, em Abragão), que encontramos a casar em 1806, com Maria Joana de Oliveira Couto, cujos descendentes discutiremos agora.

Terá sido pela via da família de Maria Joana que os novos Mello Souza tomaram esse destino, pois quatro dos seus irmãos já estavam no Brasil quando os filhos do casal partiram para lá. Deste laço conjugal que uniu Carlos e Maria Joana nasceram pelo menos onze filhos entre 1807 e 1829, quatro raparigas e sete rapazes. Destes últimos, cinco emigraram para o Brasil: José António (1813-1859, falecido no Rio de Janeiro com 46 anos); Francisco (1816-1886, também falecido no Rio com 70 anos); Manuel (1822-1879, que veio morrer em Abragão, aos 56 anos); Rodrigo (1829-1898, que faleceu também em Abragão com 69 anos); Joaquim (1827-1850, cujo destino brasileiro foi breve). Será essencialmente sobre estes irmãos que partiram para o Brasil que nos vamos alongar.

Dos outros irmãos, sabemos que Bernardino (n.1824) se casou e se estabeleceu na cidade de Penafiel em 1849, aos 28 anos, alimentando com os irmãos da emigração uma relação estreita (compadrio, representação legal, beneficiado nos testamentos), mantendo igualmente negócios regulares ligados à importação de couros crus e exportação de couros trabalhados, através da sua fábrica de curtumes no Arrabalde.

Das quatro irmãs, sabemos que Ana Joaquina e Margarida Rosa mantiveram também relações estreitas com parentes do Brasil, nomeadamente enviando cada uma um filho (Francisco José de Oliveira Couto e Manuel de Oliveira Souza Mello,

---

<sup>1</sup> Este texto constitui uma apresentação breve da cadeia migratória em causa, dados os limites da publicação. Está em curso a elaboração de uma versão mais alargada da saga familiar destes Mello e Souza no transcurso Portugal-Brasil.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

respetivamente) para o Rio de Janeiro ao cuidado dos seus irmãos, com quem partilharam negócios.

### 3. No Brasil: a rede de acolhimento dos tios

Ao Brasil estendia-se então a parentela, com os quatro cunhados de Carlos, irmãos de sua mulher Maria Joana, a saber: Francisco José Oliveira Souza (1787-1851), José Joaquim (1793-?), Joaquim (1796-1862) e António (1810-?), alguns dos quais teriam emigrado ainda na fase colonial do Brasil ou no período do Reino Unido, pois Francisco e Joaquim já viviam no Rio de Janeiro em 1819<sup>2</sup>. Estes irmãos constituem um sólido nó da rede familiar que acolheu e orientou os sobrinhos recém-chegados, revelando uma boa inserção na sociedade brasileira.

Francisco José Oliveira Souza integrava nos anos da década de 1840 a mesa da assembleia geral do Banco Comercial, era o provedor da Ordem Terceira do Carmo e fazia parte da Sociedade Amante da Instrução, como nos mostra o *Jornal do Comércio*.

Joaquim e de António também dão publicidade ao tipo de negócio e à relação comercial com o sobrinho Francisco, filho de Carlos. A imprensa revela os Manifestos da Alfândega, onde Joaquim era avisado, em 1840, para recolher mercadoria ida da cidade do Porto, aparecendo também na exportação de couros para Trieste, Lisboa, Montevideo, etc. (*O Despertador Commercial e Político, RJ*, 10 de abril de 1840.). A sua casa de comércio da rua do Carmo surgia em anúncios pagos, referindo intermediação no aluguer de casas, na venda de propriedades, no trespasse de lojas, no aluguer ou oferta de mão-de-obra e na venda de escravos. Em 1842, a sua firma “girava” com a designação *Joaquim de Oliveira Souza & Sobrinho – loja de couros*, que venderia ao sobrinho Francisco no ano seguinte.

O seu irmão António estava também estabelecido no Rio sendo que, em 1833 e anos seguintes, a sua atividade comercial era referida na imprensa (viagens de negócios, transações em couros, contribuição em subscrições caritativas). Em abril de 1845, surgia o anúncio do trespasse do seu negócio da rua da Quitanda ao mesmo sobrinho Francisco.

---

<sup>2</sup> Como se pode comprovar pelo assento de batismo do seu sobrinho Joaquim, em que ambos eram dados como “assistentes no Rio de Janeiro”. Cf. Arquivo Distrital do Porto - *Freguesia de Abragão – Assento de Batismo, 1016, de 17-11-1819*.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

Nesta família alargada encontramos um padrão de cultura comercial que se repete com adaptação às dinâmicas locais: a atividade do comércio a retalho a que se dedicaram alguns membros da família em Abragão e Penafiel – como Carlos Mello e Souza que manteve um negócio de mercearia, ferragens, louça fazendas, cera, etc. -, e que se repete no Brasil através da atividade dos seus cunhados e depois dos filhos e sobrinhos. Os tios Francisco, Joaquim e António eram referenciados na imprensa em franca e produtiva atividade, com casas nas principais ruas do Rio de Janeiro, e os “acolhidos” vão seguir e ampliar esse caminho.

#### **4. Francisco, o “brasileiro”, nas carnes verdes e curtumes**

Dos percursos dos cinco irmãos, filhos de Carlos e Maria Joana, ressalta a trajetória singular de Francisco José de Mello e Souza (inicialmente Mello Souza). Chegou ao Brasil em data imprecisa, mas antes de 1838, pois nesta altura, com 22 anos, já estava no Rio de Janeiro, a trabalhar com os tios António e Joaquim, na condição de “caixeiro”. Em 1842, tomava parte numa das sociedades com o tio Joaquim, a já referida *Joaquim Oliveira Souza e Sobrinho* e no ano seguinte, já o vemos sozinho no negócio (*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, de 29 maio de 1843).

A sucessão geracional, a necessidade de preparação de trespasse dos negócios e os bons resultados da atividade de tios e sobrinho deverão ter aconselhado a ida dos outros dois irmãos: em 1844, partiam Manuel, com 20 anos e profissão de caixeiro, e Rodrigo, com 15 anos (Arquivo Distrital do Porto - *Registos de Passaportes* n.º 1917 e n.º 1918, de 1844).

Seguindo o costume na transmissão e retirada de negócio, Francisco avançou depois, como se disse, para a compra da firma ao tio António, diversificando o comércio dos couros e introduzindo a representação de produtos estrangeiros, nomeadamente cola e cera para o tratamento dos curtumes. Em 1851, Francisco acabaria por vender estes negócios da rua do Carmo e da rua da Quitanda, partindo para outros desafios.

Na verdade, em 1851, o *Almanak Administrativo* já o incluía nos negociantes de gado *vacuum*. Gado, couros, carnes verdes eram segmentos de um negócio que podia ser verticalizado e concentrado, com vantagem numa configuração de fileira. A visão de Francisco para o seu horizonte empresarial passava por controlar a compra do gado, a montante, para assegurar o abastecimento e controlar os preços, induzindo o aumento de

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

consumo de carne verde, através da modernização comercial dos talhos e o controlo do mercado. Controlava e aumentava, por outro lado, a produção de couro, a matéria-prima para a sua indústria de curtumes, que organizara a partir dos estabelecimentos trespassados pelos tios, mas erguendo um edifício industrial considerado modelo para a época. Tratava-se, na verdade, de um processo de concentração comercial e industrial, cuja relevância podemos acompanhar pelos jornais da época. Processo este que ficou como um episódio significativo na história do abastecimento de carnes verdes ao Rio de Janeiro, dado o volume do negócio e o complexo jogo de interesses económicos que enfrentou. Um projeto para eliminar a concorrência, um monopólio, assim o acusavam os concorrentes inimigos, em especial os ligados aos produtores de gado!

Seria mesmo um projeto devidamente arquitetado ou apenas a sequência de decisões que ia tomando casuisticamente? Se os concorrentes viam um processo de controlo do mercado, o consumidor urbano poderia beneficiar da normalização da compra de gado, ajustado a prazo e em quantidade, garantindo-se o abastecimento mais regular da carne verde, oferecida em instalações mais adequadas e higiénicas, com estabilização dos preços, eliminando-se por essa via os múltiplos, pequenos e arcaicos talhos sem qualidade e sem garantia de abastecimento. A concentração das atividades segundo o modelo descrito poderia trazer consigo a normalização do mercado das carnes verdes. Foi em torno destes pontos de vista opostos que desenrolou uma luta comercial com óbvias incidências políticas, dado interessar a toda a população e tocar no ponto vital do abastecimento de um segmento determinante na alimentação da população.

Francisco, pelos seus 30 anos, largava, assim, a rotina comercial da rede familiar e arriscava voos mais altos, o que fazia na companhia de parceiros de origem francesa, indo mais além do negócio tradicional dos curtumes. Ao mesmo tempo que modernizava este tipo de produção, muito dependente da abundância do gado para abate, avançava para as questões cruciais do abastecimento da capital do Império.

Neste quadro encontrámos referências ligando Francisco José de Mello e Souza a uma participação numa “sociedade francesa”, organizada em setembro de 1847, conforme denunciava um *Comunicado* anónimo publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, nos inícios de 1848. Era uma forte diatribe acusatória contra a dita “sociedade”, formada por vários “estrangeiros”. Para além de Francisco, os outros “sócios” seriam conhecidos curtidores e surradores estabelecidos no Rio de Janeiro, que assim cartelizavam a sua

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

atividade e partiam para a verticalização, passando a distribuir também carnes verdes. A dita sociedade, que o redator ironizava de “filantrópica”, alegaria pretender fornecer a capital de “boa carne verde por preços razoáveis”. O anónimo *Decano* que assinava o texto procurava alertar as autoridades municipais para os atos de “pirataria” que estavam em causa, dado a “sociedade” assumir uma atitude monopolista sobre o abastecimento do gado *vacuum* ao Rio de Janeiro. Da sua estratégia constaria ainda o domínio sobre todos os curtumes importantes da capital, a compra das boiadas de uma forma astuciosa, com a criação artificial de escassez de gado - guardado em curros e pastos próprios e longe da vista de todos -, gado que apareceria quando os preços do mercado fossem convenientes.

Aquele “Comunicado” dava o mote às hostilidades que correriam a imprensa ao longo de vários anos, com as acusações a subirem de tom à medida que os negócios de Francisco prosseguiam e se alargavam, tanto nos objetivos como nas pessoas envolvidas. Se bem que, a polémica tenha perpassado, sobretudo nos jornais do Rio como o *Diário do Rio de Janeiro*, *O Republico*, *O Grito Nacional*, *O Correio Mercantil*, o *Jornal do Comércio*, *O Correio da Tarde*, *O Velho Brazil*, a *Marmota Fluminense*, *A Pátria*, *O Profeta* ou o *Periódico dos Pobres*, entre outros, também teve eco nos jornais de outras paragens como *O Brado do Amazonas*, o *Diário de Pernambuco* ou *O Liberal Pernambucano*. Nestas circunstâncias, a visibilidade de Francisco ampliou-se, desaparecendo, por detrás dele, os outros envolvidos nos negócios da dita “sociedade”. O comércio das carnes verdes para abastecimento da população crescente do Rio de Janeiro tornara-se um dos pontos quentes da política local e nacional, com fortes reflexos na opinião pública e nas disputas políticas do Congresso (Martins, 2019).

Francisco de Mello e Souza também tinha a sua imprensa e aí surgia como o imigrante empreendedor, que lutava pelo sucesso pessoal muito desejado, mas também como honrado adepto do progresso e do desenvolvimento da terra onde escolhera viver e a bem do qual ia dispondo dos seus capitais. Em escassos anos, passara de modesto caixeiro a homem de negócios com substanciosos cabedais e, nesta qualidade, fora acumulando a condição de detentor de um importante Curtume em S. Cristóvão, de negociante de gado *vacum*, de proprietário de numerosos açougues no Rio, acionista e diretor de várias

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

instituições, etc.<sup>3</sup>. Por estas razões e por ser português, reuniu também ódios por parte dos que se assumiram contra os “estrangeiros”, particularmente das correntes lusófonas, mas também daqueles a quem os seus negócios vinham pôr em causa interesses instalados.

Francisco e “associados” tornaram-se rapidamente os mais importantes negociantes na compra e abate de rezes, monopolizando a transformação das peles e vendendo a carne a preços estabelecidos, com peso garantido e com boas condições sanitárias nos designados “Talhos Monstros”<sup>4</sup>. O grupo, alegadamente, pretendia responder – com os óbvios dividendos – às crises do abastecimento de gado bovino à capital, que colocavam a população perante a escassez, os altos preços e a péssima qualidade do produto e dos lugares de venda. Estes eram argumentos que colhiam positivamente entre os seus apoiantes. A este propósito, o *Periódico dos Pobres* do Rio, de Janeiro de 1854, em notícia intitulada *Venda de carne verde em Nitheroy*, afirmava:

«Parabéns ao Sr. Mello. Os moradores de Nitheroy sofriam há muito com a venda de carnes nesses açougues (...) graças ao muito digno e honrado cidadão o Ilustríssimo Sr. Francisco José de Mello e Souza que mandou para ali carne muito boa para se vender a 120 réis [a libra], preço que sempre será sustentado, como o tem sido nos seus açougues monstros na Corte (...). Viva o Sr. Mello.»

Do outro lado da barricada, os ataques saíam cerrados numa imprensa que se dizia pretender defender os interesses dos pequenos produtores de gado e que transcrevia opiniões demolidoras sobre os “sócios”:

«miseráveis, audaciosos e insolentes estrangeiros (...) dos quaes é chefe o galego Francisco José de Mello e Sousa, (...) a carne fresca é monopólio de três miseráveis estrangeiros, à testa dos quaes se acha um, há bem pouco tempo desgraçado caixeiro de uma casa de couros possuindo apenas os inseparáveis tamancos e hoje é o monopolista mor do reino, o galego Francisco» (O Grito Nacional, 7 de janeiro 1853).

Mais uma vez, o nome apontado como chefe dos monopolistas era o do “galego Mello e Souza”, que acabava de comprar vários açougues e negociava a compra de outros, “para que só ele fique em campo, vendendo só ele a retalho a carne fresca do gado, que exclusivamente só ele vende no matadouro”. Estas denúncias, que vinham dos pequenos

<sup>3</sup>Para além das ações que possuía do Banco do Brasil, onde se situava quanto ao número de ações num lugar cimeiro, logo atrás da Imperatriz e da rainha de Portugal, foi acionista da Empresa Tipográfica 2 de Dezembro, da Companhia Geral de Seguros Feliz Lembrança, acionista e membro da direção da Companhia Tranquilidade de Seguro de Vidas Livres e de Escravos, acionista do Banco Rural e Hipotecário, membro da Junta Inspectora da Companhia Tutora Brasileira de Seguros, entre outros.

<sup>4</sup>Entre 1856 e 1858, Francisco teria 30 talhos em seu nome, no Rio de Janeiro, segundo vários periódicos.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

retalhistas da concorrência, viravam-se contra “o estrangeiro”, sendo, porventura, exageradas na tradicional expressão da lusofobia que via no comerciante de origem portuguesa o causador de todos os males, em especial nas subidas de preços.

Os ataques sofridos levaram Francisco a ripostar, fazendo publicar diversa correspondência que, a seus olhos, o ilibava das acusações que lhe eram dirigidas:

«Sr. Redactor, prometi ao seu jornal do dia 10 continuar a publicar novos documentos, sempre irrefragáveis, para destruir a gravíssima e injusta acusação que alguém fez pesar sobre mim de haver eu formulado e dirigido o monopólio das carnes verdes, fazendo encarecê-las, retendo as boiadas com o fim de obter um contracto. Sirva-se pois V. M. de publicar na sua folha de amanhã os documentos inclusos, enquanto não recebo outros que espero, para provar que gado havia em Santa Cruz quando se afirmou haverem lá 1.300 rezes pertencentes aos monopolistas» (Correio Mercantil, 14 de janeiro 1854).

A temática veiculada pela imprensa era de importância crucial para o universo da população, desde os fornecedores de gado provenientes de Minas aos consumidores (“as duzentas mil bocas que [era] preciso alimentar na capital do Império”), das autoridades responsáveis pelo abastecimento aos “atravessadores”.

Francisco e os seus associados tentaram avançar para a constituição de uma “Associação para a Indústria dos Curtumes e da sua anexa necessária, a venda das carnes verdes”, referida na imprensa como a Companhia dos Curtumes ou também Companhia do Rio de Janeiro, tanto mais que a publicação do Código Comercial, em 1850, viera facilitar/estimular a criação de sociedades anónimas e comanditas, que, desde aí, proliferaram. Em setembro de 1854, o jornal *O Profeta* publicava um ofício da polícia sobre a pouca transparência com que estava a ser tratada essa negociação, revelando que as ações da dita companhia, ainda sem existência legal, tinham já sido vendidas de forma particular. Na verdade, as diligências arrastavam-se e, em 24 de agosto de 1855, o *Correio da Tarde* veio, aparentemente, antecipar notícias: “Consta que os estatutos da companhia dos curtumes e carnes verdes, de que é diretor o sr. Mello e Souza foram aprovados com emendas pelo governo imperial”. A expectativa falhou, no entanto, porque em janeiro seguinte era publicado em vários periódicos o seguinte anúncio:

«Não se tendo effectivamente incorporado a Companhia de Cortumes como Sociedade Anonyma, por motivos alheios à minha vontade. Os Srs accionistas que em confiança realizaram parte das respectivas entradas são convidados a vir receber desde hoje, do meio dia às 3 horas, no meu escritório na rua de S. Pedro n.º 69 as quantias que me entregaram e os juros de mora”. 29 de janeiro de 1856. Francisco José de Mello e Souza.»

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

Francisco assumia publicamente o desaire e ressarcia aqueles que haviam confiado no projeto. Na *Exposição do Visconde de Mauá aos seus credores* pode ver-se uma referência crítica a esta Companhia, nomeadamente à ligação entre o processo de monopolização do comércio das carnes verdes como base para a produção de matéria-prima para os couros, para a qual Mauá concorreu com um sexto do capital e com um prejuízo final superior ao capital integral da empresa (Mauá, 1878: 47).

Francisco continuou, porém, a colaborar com outros negociantes estrangeiros, conhecidos da praça do Rio de Janeiro e persistiu no seu papel de arrematante de contratos e negociante de gado, mantendo ainda por algum tempo uma supremacia significativa no negócio das carnes verdes e na indústria de couros. A situação só começou a alterar-se quando o governo criou, em 1858, uma agência oficial para a aquisição de gado, mas, em 1864, Francisco ainda tinha relevância neste comércio (*A Atualidade – Jornal da Tarde*, 4 de janeiro 1864).

Não obstante todos os ataques, Francisco José de Mello e Souza ganhava notoriedade como homem de negócios. Para além das referências anteriores, refira-se a participação na Associação Central de Colonização, criada para introduzir colonos europeus no Brasil, sob a forma de trabalho contratado, na sequência da legislação que punha fim do tráfico de escravos (1850). Em maio de 1856, da reunião promovida no salão da Praça do Comércio para eleger a direção, de entre os eleitos constava Francisco, ao lado da fina-flor empresarial da época no Rio de Janeiro. Não tardaram os vários comentários na imprensa adversa contra o papel de Francisco José de Mello e Souza, desdenhando da assinatura do contrato da Associação com o Governo, datado de 27 de março de 1857, para a introdução de colonos, sugerindo desconfiança face aos recentes insucessos do “Mello carnicheiro” e a sua eventual inclinação para se concentrar na população dos Açores para efeitos de recrutamento. É verdade que o trabalho desta Associação esteve longe de alcançar os objetivos iniciais na sua plenitude, em face das condições oferecidas para a locação de serviços na lavoura, mas funcionou, sendo dissolvida apenas em 1865, não obstante todas as críticas de que foi alvo pela incapacidade de conseguir as vagas de trabalhadores que se pretendiam para a lavoura.

Mas, de entre as várias intervenções empresariais, o relevo terá de ser dado à da Companhia de Ferro Carris da Tijuca, em cuja criação Francisco participou e assumiu forte responsabilidade. O Decreto de 29 de março de 1856 autorizava a organização de

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

uma Companhia para ligar, por carris, o Largo do Rocio até à Boavista, na Tijuca, projeto defendido longamente por Thomas Cochrane, que obteve a concessão, para logo o trespassar à dita Companhia, representada por três diretores: Francisco José de Mello e Souza, Alexandre Taylor e António da Rocha Miranda e Silva. Organizada em 1857, a Companhia comprometia-se a construir a estrada de carris em dezoito meses, com doze trens para passageiros e doze para transporte de carga.

Pela já referida *Exposição do Visconde de Mauá aos seus credores*, podemos conhecer a desconfiança inicial deste, as condições e a progressão do projeto que não o seduziu, sendo que se recusou mesmo a apoiá-lo. Não obstante a época favorável aos melhoramentos materiais, a Companhia não suscitou adesão aos acionistas, pelo que o núcleo organizador teve de subscrever partes substanciais do capital, acabando a Companhia por realizar um grande empréstimo com o Banco Mauá, mas sob responsabilidade individual das firmas dos diretores da empresa. Em janeiro de 1859 ainda se concluiu o primeiro troço do percurso, mas logo sobreveio o desastre financeiro: a assembleia-geral entregou a Companhia ao Banco, para solver parte da dívida, e os diretores tiveram de assumir as suas responsabilidades. Com o descalabro do Caminho de Ferro da Tijuca, Francisco e sua família tinham pela frente um horizonte adverso. Por escritura pública de 28 de setembro de 1860, Francisco declarou-se pessoalmente devedor da importância de cerca de 2.052:469\$000, dos quais 842:365\$000 a crédito de Mauá, comprometendo-se a pagá-la no prazo de 45 meses, juntamente com a sua mulher, e dando em garantia a hipoteca de todos os seus bens de raiz, móveis e semoventes (Silva, 2011:108-111).

A estrela de Francisco José de Mello e Souza nos negócios empalidecia, o que foi uma situação bastante genérica a estes empreendedores que nos meados do século XIX arriscavam em negócios coletivos que exigiam rápido capital e tardavam em gerar retorno líquido. Apenas com 44 anos e uma grande família a cargo, Francisco correu o risco de querer ir além dos curtumes e dos talhos que lhe tinham permitido voar financeiramente, mas o estatuto social de grande negociante e a chamada a grandes iniciativas da praça comercial, a que não soube resistir, levaram-no à ruína, esvaziando-lhe rapidamente os capitais antes acumulados.

Na sequência do destino ruinoso dos negócios, Francisco José Mello e Souza perdeu tudo. Em 1883, viu ser arrematada em praça a sua casa da rua do Imperador. Não obstante,

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

ali continuou a residir, por complacência de quem a adquiriu. Foi lá que morreu, três anos depois, em junho de 1886, viúvo, doente e afastado da vida que tivera. Alguns jornais fizeram eco do sucedido, recordando-o como o fundador da indústria dos curtumes no Rio, mas também pelo seu espírito culto e ânimo diligente. Um dos textos, mais alongado, relembra todo o seu percurso que era, na opinião do redator, o de um dos mais empreendedores vultos do comércio do Rio de Janeiro. Francisco começara como simples caixeiro, ganhara visibilidade com os “açougues monstros” e o controlo do fornecimento de gado das Minas, criando igualmente um moderno edifício industrial - o Curtume de S. Cristóvão, considerado modelar para a época (*Diário de Notícias*, RJ, 20 de junho de 1886).

##### 5. Manuel e Rodrigo, os “torna-viagem”

Manuel chegou ao Rio de Janeiro em 1844, levando consigo o irmão Rodrigo. Ambos se iniciaram como caixeiros no comércio da família. Na maturidade, com dinheiro e sem família a cargo, desenvolveram um percurso cosmopolita, viajando juntos para a Europa várias vezes. Foram ambos agraciados por D. Pedro V e, em dezembro de 1873, receberam a comenda da Ordem Militar de Cristo pelos bons serviços prestados ao município de Penafiel (*Diário do Governo*, n.º 290, 22 de dezembro de 1873). Regressaram definitivamente a Portugal em datas diferentes.

Manuel foi um exemplo de uma atuação comercial em conexão com familiares diretos e compatriotas que chamou para o seu lado como sócios ou colaboradores, ilustrando as estratégias de fechamento comercial atribuído aos portugueses. Em 1854 surge numa sociedade, a *Machado e Mello*, com o seu primo, originário de Gaia, Manuel José Gonçalves Machado Júnior,<sup>5</sup> com armazém de ferro, aço, cobre, chumbo e “fábrica de caldeireiro”, na rua da Alfândega. A *Machado e Mello* importava com regularidade do

---

<sup>5</sup> Machado Júnior também teve uma trajetória de ascensão rápida no comércio, acionista de sociedades importantes e ligação a instituições de caridade e de cultura. Foi vice-presidente e depois presidente do Gabinete Português de Leitura, presidente da Imperial Sociedade Amante da Instrução – tornando-se comendador, tal como os primos Francisco, Manuel e Rodrigo. Desde 1854, fez parte da *Machado e Mello*, em 1868 formou uma nova sociedade, a *Machado, Costa e C<sup>a</sup>* também em comércio de cobre em chapas, folha-de-flandres e fábrica de caldeireiro. O primo Machado Júnior terminou com os bens arrestados pela Fazenda Nacional.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

Porto farta quantidade de peles preparadas, nomeadamente cordovões<sup>6</sup>, beneficiando dos contactos e da atividade empresarial dos Machado, em Gaia, e dos Mello, em Penafiel. Em 1864, Manuel, preparando já o regresso, retirou-se da sociedade, que continuou com o primo Machado e outro antigo colaborador, António Ernesto Rangel da Costa, sob a razão de *Machado & Costa*.

Paralelamente, Manuel tinha estabelecido, em 1852, uma outra sociedade com José Joaquim de Castro Júnior<sup>7</sup> sob o nome de *Castro Júnior e C<sup>a</sup>*, com um estabelecimento de fazendas na rua da Quitanda, firma dissolvida de comum acordo em 31 de janeiro de 1860. Contudo, a retirada implicou a transferência do negócio para Castro Júnior, que deu interesse ao antigo caixeiro de Manuel, o sobrinho deste, Manuel de Oliveira Souza Mello<sup>8</sup>, continuando o negócio em mãos familiares.

No ano seguinte, Manuel ampliou o seu leque de interesses. Para isso, formalizou uma nova sociedade, desta vez, com José Gonçalves Oliveira Sanches, em comércio de géneros norte-americanos, tais como máquinas para lavoura, instrumentos de agricultura e horticultura e outros produtos, com loja na rua da Alfândega. Neste caso, Manuel limitou-se a introduzir capital na empresa, como sócio comanditário – 30:000\$000. Em 1868, com a retirada de Manuel para Portugal, esta sociedade foi extinta, mas o negócio continuou nas mãos do compatriota Sanches.

Depois do regresso a Portugal, a vida de Manuel desenrolou-se de forma tranquila entre os campos verdes da sua terra. Aplicou a fortuna acumulada na aquisição de propriedades e deu verbas para melhoramentos e beneficência. Morreu inesperadamente, de forma trágica, aos 56 anos, suscitando o seu falecimento repercussões na imprensa:

“Dizem as folhas portuguesas de 23 de Julho que se suicidou em Abragão, concelho de Penafiel, atirando-se a um poço, o comendador Manuel José de Mello e Souza abonado proprietário e outrora negociante conceituado na praça do Rio de Janeiro” (O Cearense, 6 de Agosto de 1879).

---

<sup>6</sup> De 1854 a 1860, atestamos, no *Correio Mercantil*, a chegada de muitos fardos de “peles preparadas” oriundas do Porto e dirigidas à *Machado e Mello*.

<sup>7</sup> Castro Júnior levou para a sociedade a sua experiência já que tinha sido gerente desde 1831 de uma loja na mesma rua que deixou para se associar a Manuel.

<sup>8</sup> Manuel José de Oliveira Souza Mello partiu para o Brasil ainda jovem para trabalhar como caixeiro do seu tio Manuel José de Mello e Souza, na loja de fazendas da rua da Quitanda. Quando em 1860 o negócio foi dissolvido, Castro não só lhe deu interesses, como deu ao seu primo Francisco José de Oliveira Couto. Em 1872, os dois primos assumiram já sozinhos uma ligação formal, ao criarem uma nova firma com outra dimensão e interesses, a *Mello e Couto*, para o comércio de fazendas por atacado.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

Por sua vez, Rodrigo, chegado ao Brasil, seguiu as pisadas dos irmãos. Em 1846, com 17 anos, começou a representar os tios Joaquim e António e o irmão Francisco no negócio dos couros, em algumas viagens de negócio para o interior. Seis anos depois, em 1852, apenas com 23 anos, saiu do círculo de negócios com a família para se lançar com Bento José Peixoto, numa sociedade designada por *Souza & Peixoto*, para venda de carne seca, toucinho, farinha, queijos e mantimentos. Rapidamente estenderam a sua atividade por dois estabelecimentos, um na rua do Rosário e outro no Beco da Lapa e, em 1859, com 30 anos, vemo-lo como proprietário de “uma vasta casa” na rua de S. Cristóvão e terrenos na Praia do Saco do Alferes. Rodrigo acompanhava, ainda que discretamente, as opções financeiras do irmão Francisco, acompanhando-o na compra de ações da Associação Central de Colonização e do Banco do Brasil.

O ano de 1860 foi, de certo modo, um ano de viragem no percurso de Rodrigo. Para lá de ter sido o último ano de vigência da sua sociedade com Bento Peixoto, obteve a autorização para usar brasão de armas dos Mello e Souza e assumiu a decisão de divergir completamente dos negócios em que sempre trabalhara. Os capitais acumulados permitiram-lhe estabelecer formalmente, em 1875, uma sociedade com Marcelino Pereira de Moraes<sup>9</sup>, a *Moraes & Mello*, para a construção de três edifícios do governo, destinados aos Correios e Caixa de Amortização, à Bolsa de Comércio e um terceiro destinado a escritórios de bancos e companhias. *O Comércio do Porto*, transcrevendo o *The South American Mail*, noticiava que,

«depois de superadas todas as dificuldades que embaraçavam o começo da construção, verificou-se a 24 de Abril, com as solemnidades do costume, o lançamento da pedra fundamental do edifício destinado ao Correio e Caixa de amortização, dignando-se S.M. o Imperador honrar este acto com a sua augusta presença comparecendo também grande numero de sócios da associação e muitas pessoas gradas d’esta capital. Os actuaes empzarios da construção são os snrs. José Marcellino Pereira de Moraes e Rodrigo José de Mello e Souza. Estes cavalheiros deram desde logo principio aos trabalhos».

Dois anos depois, o edifício estava totalmente concluído e pronto para entrar em funções e, logo em 1880, a imprensa noticiava a cerimónia de assentamento da 1ª pedra, agora do edifício que serviria de Praça do Comércio. Este imóvel, como o dos Correios,

---

<sup>9</sup> O bem-sucedido Marcelino Pereira de Moraes foi também alvo da lusofobia, recebendo mimos como: “portuguez chapado da família dos brutos e perigosos que vêm para o Brazil explorar e que se não morrem de febre amarella chegam a enriquecer depressa” (*A Gallegada*, 4 de maio de 1883).

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

tinha projeto do arquiteto, nascido português, Francisco Béthencourt<sup>10</sup>, sendo a empreitada adjudicada, como estava previsto, à dupla Moraes e Mello. No dizer dos entendidos, este projeto constituiu um certo progresso no ramo da construção civil brasileira (*Revista das Estradas de Ferro*, RJ, 1889).

Dos Mello e Souza que se estabeleceram no Brasil, Rodrigo foi aquele que, de forma consistente, esteve mais próximo dos interesses culturais da “colónia portuguesa” no Rio de Janeiro. Foi com o Retiro Literário Português, fundado em 1859, que Rodrigo estabeleceu, ao longo dos anos, a mais forte relação: em 1887, recebeu o título de Benemérito do Retiro, de que era sócio há muitos anos. Era também visitante frequente das sessões do Gabinete Português de Leitura, onde podia encontrar-se, igualmente, com alguns dos amigos e compatriotas. Apesar dos muitos anos passados em terras brasileiras, Rodrigo quis deixar marcas bem visíveis de ligação e reconhecimento à sua terra natal, mas também marcas da sua vida de sucesso. Ajudou os mais pobres e contribuiu para a criação e manutenção de agremiações de teor filantrópico, caritativo e cívico. O seu testamento (Oliveira, 2001) é um espelho dessas intenções, que se fundem com o que era expectável de um brasileiro de torna viagem.

## 6. Considerações finais

Neste exercício de micro-história, fomos à procura de emigrantes, procurando desenrolar alguns fios de vida de gente comum que engrossava a corrente migratória que rumava ao Brasil no século XIX. Partimos de um nó inicial, uma família da então paróquia de Abragão, concelho de Penafiel, captando a sua descendência e tentando sinalizar pontos referenciais nos percursos respetivos e procurando conferir a cada um dos descendentes a sua trajetória, perseguindo o lastro documental que conseguimos compulsar até ao momento.

Seguimos, assim, um grupo de homens em diferentes momentos das suas vidas no Rio de Janeiro e alguns também no seu retorno. Rodrigo e Manuel voltaram ricos e titulares de comendas, cumprindo o sonho brasileiro, mas nem todos atingiriam o seu desígnio. Alguns nem tiveram tempo de construir um futuro, porque a morte os ceifou muito jovens (Carlos Mello e Francisco Couto, por exemplo), ou ainda em idade ativa

---

<sup>10</sup> Francisco Joaquim Béthencourt da Silva (1831-1911), nascido português no veleiro que conduzia o seu pai português e a sua mãe francesa como emigrantes para o Brasil.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

(Manuel de Mello). Outros perderam tudo o que haviam conseguido nos negócios incertos em que se envolveram, (como Francisco José de Mello Souza e Manuel Machado Júnior). Mas a “sorte” fazia parte do risco das suas vidas.

Todos partiram jovens, no quadro dos padrões migratórios da época, e tiveram o apoio familiar à chegada, tirocinando como caixeiros antes de alcançarem autonomia. Uns estabeleceram relações sociais mais amplas, arriscaram negócios em fase de euforia de crescimento económico, atingindo verdadeiro fulgor mercantil. Contudo, nem sempre atuaram com avaliação preventiva dos riscos, perdendo a luminosidade que a dado momento marcou as suas vidas, porém continuando o seu percurso brasileiro. Outros desenvolveram processos comerciais mais discretos, numa amplitude mediana, não constituíram família e voltaram à “terrinha” na idade outonal, fazendo-se notados no retorno. Para todos, reconhece-se uma atividade social no Brasil ligada a instituições beneficentes e/ou culturais. E alguma ligação ao ponto de partida, em termos de relações comerciais.

Os Mello e Souza (ou Mello Souza) de que falamos são o exemplo vivo de uma corrente de gente que, ao longo dos tempos, construiu a ligação entre Portugal e Brasil, procurando novas oportunidades num risco calculado quanto à inserção no mercado de trabalho brasileiro: a emigração fazia parte de um processo de aprendizagem, para a qual havia algumas estruturas de suporte, como as redes da parentela, de conterrâneos, de conhecidos que aguardavam os jovens que partiam ao apelo de um horizonte económico mais amplo. Redes de malha fina ou de malha solta, estas estruturas invisíveis mas fundamentais no apoio ao movimento migratório? Num tempo de marcação do individualismo, a crença dos jovens, das famílias e da sociedade em geral era a de que a definição da malha passava pela subjetividade de cada um e pelas suas capacidades de criação e/ou aproveitamento de oportunidades. Aparentemente, *o homo economicus* far-se-ia por si próprio enquanto ator racional, ainda que, de facto, o saibamos imerso nas vastas estruturas de um sistema económico implacável, no qual procurava encontrar equilíbrios quase sempre instáveis e, frequentemente, efémeros.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA:**

### **A - Documentação de Arquivo:**

#### **Papéis da família Mello e Souza (Abragão) – PF**

Correspondência de Rodrigo José de Melo e Sousa para seu sobrinho Francisco (1896 - 1897).

Documentação legal sobre o património familiar.

Fotografias de família.

#### **Arquivo Distrital do Porto – ADP**

Registos paroquiais das freguesias de Penafiel, Marco de Canaveses e Porto.

Documentação do Cartório Notarial de Penafiel.

Fundo da Escola Raul Dória.

Fundo do Governo Civil do Porto – Registo de Passaportes.

#### **Arquivo Histórico Municipal do Porto - AHMP**

Registo de testamentos.

Fundo Tomás Lobo: Livros de Carga da barca Amélia (1835-1852).

#### **Arquivo Municipal de Penafiel – AMP**

Fundo da Administração do Concelho.

Fundo da Santa Casa da Misericórdia.

Fundo do Colégio do Carmo.

#### **Biblioteca Municipal de Penafiel – BMP**

Fundo Antigo.

### **B – Imprensa Periódica: Fundo da Hemeroteca Digital Brasileira**

*Correio Brasiliense* (ING); *Actualidade* (A); *Jornal Político, Literário e Noticioso* (RJ); *Almanak Administrativo e Mercantil do Rio de Janeiro* (1844-1885); *Almanaque Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (1844-1889) (RJ); *Aurora Fluminense* (RJ); *Auxiliador da Administração do Correio da Corte* (O) (RJ); *Auxiliador da Industria*

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

*Nacional (O)(RJ); Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil. Jornal Official da Maçonaria Brasileira; Brado do Amazonas (O) (AMA); Brasil (O) – Orgão do Partido Conservador (RJ); Brasil. Ministério do Amazonas Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império. 1832-1888; Correio Mercantil e Instrutivo, Político, Universal; Correio Oficial (RJ); Cearense(O); Conciliador (O) (MG); Correio da Manhã; Correio Oficial de Minas (MG); Correio da Tarde (O) ; Courier du Brésil: Politique, Littérature, Revue des theatres, sciences et Arts, Industrie, Commerce (RJ); O Despertador (O) (RJ); Diário do Maranhão (MA); Diário de Notícias (RJ); Diário de Pernambuco (PE); Diário do Rio de Janeiro; Federação (A) – Orgão do Partido republicano; Folha Nova (A) (RJ); A Gallegada: Folha Reaccionaria (RJ); Gazeta Jurídica: Revista Mensal de Doutrina, Jurisprudência e Legislação (RJ); Gazeta Lusitana: Publicação semanal dedicada à Colónia Portuguesa no Brazil (RJ) 1873-1887; Gazeta da Tarde (RJ); Gazeta de Notícias (RJ);Globo (O (RJ)); Grandense: Periódico Comercial ;Grito Nacional (O) (RJ); Guia das Cidades do Rio de Janeiro e Niteroi Para 1883 (RJ); Imprensa (A) (MA); Jornal do Comércio do Rio de Janeiro; Jornal do Penedo (AL); Jornal do Recife (PE); Liberal Pernambucano (O) (PE); Marmota Fluminense (RJ); Monitor (O) (MG); Monitor Campista (RJ); Nação (A) (RJ);Novo e Completo Índice Cronológico da História do Brasil (RJ);Pátria (A); Paiz (O) (MA); Profeta (O)– jornal politico; Repórter (O) (RJ); Republico (O) (RJ);Revista de Engenharia (RJ); Rio (O (RJ)); Três de Maio (RJ); Velho Brasil (O) (RJ); Voz da Nação(A) (RJ);13 de Maio (O) (RJ).*

### ***Imprensa Periódica Portuguesa***

*Alarme (O) - Semanário republicano (Penafiel).*

*Almanaque do Porto e Vila Nova de Gaia – 1843, 1844, 1845.*

*Almanaque - Anuário de Penafiel –1935, 1936.*

*Comércio do Porto (O).*

*Directorio civil, político, comercial, estatístico da cidade do Porto e Villa Nova de Gaya de 1846.*

*Diário do Governo (Portugal) – 1851, 1866, 1873, 1874, 1877, 1884, 1889, 1890.*

*Penafidelense (O): Folha política, literária e noticiosa (Penafiel).*

*Periódico dos Pobres do Porto.*

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11\_1a7

*Tempo (O) – Jornal independente* (Penafiel).

### **Bibliografia:**

ALVES, Jorge Fernandes, 1994, *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráficos Reunidos.

ALVES, Jorge Fernandes, 2000, «Atalhos batidos - a emigração nortenha para o Brasil», *Atalaia / Intermundos: revista internacional de exegese contemporânea*, Vol: 6/7, pp. 297-308.

KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maira Inês (org.), 2019, *Variações da micro-história no Brasil: temas, abordagens e desafios*, São Leopoldo, Oikos.

MARTINS, Marcos Lobato (2019), «A participação do sul de minas no abastecimento de carne verde do rio de janeiro: 1858-1864», *Tempos Históricos*, volume 23, p. 238-271.

MAUÁ, Visconde (1878), *Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá e C e ao público*, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, João Rodrigues de (2001), *Casa da Botica (Abragão, Penafiel)*, Porto, CEGHHF da UMP, 2001.

PACHECO, Elsa; ALVES, Jorge Fernandes (2013), «Rede migratória, integração social e refluxos. Da ruralidade minhota à elite intelectual do Rio de Janeiro. Estudos de caso», in ARAÚJO, M. M et al. (eds), *Os "brasileiros" enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Braga / Rio de Janeiro, CITCEM / Fundação Getúlio Vargas.

SILVA, Elisiane et al. (org), 2011, *Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica*, Brasília, Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

TILLY, Charles, 1990, «Transplanted Networks», in Yans-McLaughlin, Virginia (ed.) *Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics*, Oxford University Press, New York.